

**Planejamento urbano e
reservação do patrimônio
cultural: um olhar para o
Conjunto Urbano Santa Tereza,
Belo Horizonte¹**

**Urban planning and cultural
heritage preservation: a look
at the Santa Tereza Urban
Assembly (Conjunto Urbano
Santa Tereza), Belo Horizonte**

**Planificación urbana y
preservación del patrimonio
cultural: un vistazo al Conjunto
Urbano Santa Tereza,
Belo Horizonte**

¹ O artigo é fruto das pesquisas dos trabalhos de dissertação de mestrado das autoras, cuja orientadora é a Profa. Dra. Myriam Bahia Lopes.

Maria Letícia Silva Ticle²
Ana Beatriz Mascarenhas Pereira³

Recebido em: 11/12/2015
Aceito para publicação em: 8/3/2016

Resumo: Este artigo pretende problematizar a relação entre preservação do patrimônio cultural e planejamento urbano. É tomado como objeto o bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, protegido como conjunto urbano pela política de preservação do patrimônio cultural do município. Também serão discutidas questões relativas à prática do planejamento urbano, que envolve a regulamentação dos usos do espaço e suas funções econômicas, políticas e sociais. O processo, que envolve diversas disciplinas, como engenharias, arquitetura, história, sociologia, política e outras, é geralmente muito mais orientado para a dimensão física das cidades, negligenciando seus desdobramentos sociais. As políticas patrimoniais intencionam preservar as complexas associações entre as dimensões material, social e imaginativa. Entretanto, incorporadas ao planejamento urbano, constituem um grande desafio, considerando seu dinamismo e sua interface com a manutenção de subjetividades.

Palavras-chave: Santa Tereza; planejamento urbano; conjunto urbano; preservação; patrimônio cultural.

Abstract: This article aims to discuss the relationship between preservation of cultural heritage and urban planning. The district of Santa Tereza, in Belo Horizonte, deemed an object protected as an urban assembly under the conservation policy for the cultural heritage of the city. Issues related to the practice of urban planning, involving the regulation of space and its economic, political and social functions, will also be discussed. The process, which involves several disciplines such as engineering, architecture, history, sociology, politics and others, is usually much more oriented towards the physical dimension of cities, while neglecting their social consequences. Heritage policies are intended to preserve the complex associations among material, social and imaginative dimensions. However, embedded into the urban planning, they impose a major challenge, given its dynamism and its interface with the maintenance of subjectivities.

Keywords: Santa Tereza; urban planning; urban assembly; preservation; cultural heritage.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo discutir la relación entre la preservación del patrimonio cultural y la planificación urbana. Se toma como objeto el barrio de Santa Tereza, en Belo Horizonte, protegido según lo establecido por la política de preservación urbana del patrimonio cultural del municipio. También serán tratados temas relacionados a la práctica de la planificación urbana, que implica la reglamentación de los usos del espacio y sus funciones económicas, políticas y

² Aluna do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (MACPS) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM). Professora voluntária do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura da mesma instituição.

³ Aluna do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (MACPS) da EA-UFGM. Professora voluntária do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura da mesma instituição.

sociales. El proceso, que involucra varias disciplinas como la ingeniería, la arquitectura, la historia, la sociología, la política y otra es por lo general mucho más orientado a la dimensión física de las ciudades, descuidando sus consecuencias sociales. Las políticas patrimoniales tienen la intención de preservar las complejas asociaciones entre las dimensiones material, social e imaginativa. Sin embargo, incorporadas a la planificación urbana, es un gran desafío, debido a su dinamismo y su interrelación con el mantenimiento de las subjetividades.

Palabras-clave: Santa Tereza; planificación urbana; conjunto urbano; preservación; patrimonio cultural.

INTRODUÇÃO

O conceito de conservação de áreas urbanas tem, cada vez mais, se ampliado para abarcar aspectos que promovam o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões. Para tanto são necessárias estratégias que, além de garantir sua proteção, permitam sua interface com o restante da cidade. Contudo a dissociação entre o planejamento urbano e as políticas de proteção do patrimônio no Brasil deriva, segundo Leonardo Castriota (2009), da incompreensão do conceito ampliado de patrimônio e de como se pode intervir sobre os bens culturais. Conforme esse autor, o planejamento pauta-se frequentemente, na grande parte das cidades brasileiras, em modelos funcionalistas⁴, norteados por critérios como infraestrutura e densidade, negligenciando “a intrincada teia de relações econômicas, sociais e culturais que marca a vida urbana e que caracteriza o seu patrimônio” (CASTRIOTA, 2009, p. 174).

Por atuar no ambiente urbano, o planejamento deveria se ocupar dos processos de elaboração, estruturação e apropriação do espaço, adotando medidas que contemplassem cada região ou bairro com propostas distintas, respeitando suas especificidades e, ao mesmo tempo, compreendendo que fazem parte de um contexto mais abrangente. Sob essa perspectiva, o conceito de planejamento urbano aqui adotado refere-se a um processo interdisciplinar, incorporando diversos campos de conhecimento e permitindo uma visão mais holística da cidade. Dessa forma, propicia que os problemas sejam mapeados em todas as suas dimensões e que soluções viáveis e compatíveis sejam adotadas. Mais à frente, veremos que essa proposta se encaixa em um modelo de planejamento urbano denominado planejamento integrado.

Neste estudo, analisaremos a relação entre a proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza, em Belo Horizonte, e sua interface com o planejamento urbano. Sob uma perspectiva histórica e urbanística examinaremos os instrumentos adotados para proteção do bairro e seus desdobramentos econômicos, sociais e culturais. Fruto das pesquisas de mestrado das autoras, ainda em andamento, o artigo é lastreado por revisão bibliográfica acerca do bairro Santa Tereza, pesquisa documental e produção de fontes por meio de entrevistas temáticas com moradores e frequentadores do bairro, além da observação ativa de sua vida urbana atualmente.

VALORIZANDO O URBANO

A preservação de conjuntos históricos passou por ampliações significativas nas últimas décadas, de modo a compreender além dos aspectos físicos também o seu caráter cultural,

⁴ O modelo funcionalista caracteriza-se pelo zoneamento da cidade. As críticas apontam que esse modelo fragmenta a cidade, promovendo a segregação social.

ou seja, seus valores intangíveis. Tal enfoque permitiu que a cidade pudesse ser, atualmente, entendida como patrimônio ambiental urbano. Como esclarece Françoise Choay (2006), após a Revolução Industrial o conceito de patrimônio se ampliou geográfica, tipológica e cronologicamente, abarcando exemplares em locais afora a Europa e não apenas igrejas medievais e palácios neoclássicos. Entretanto somente na segunda metade do século XX bairros e cidades se converteram em objetos de reflexão. Sob essa perspectiva, a noção de conservação de conjuntos urbanos como meio de ancorar processos de memória coletiva é imprescindível.

Pela análise de algumas cartas patrimoniais⁵ é possível perceber como o conceito de patrimônio se amplia e se desdobra. Segundo Sílvio Zancheti e Tomás Lapa (2012), a Declaração de Amsterdã em 1975 já indicava os conjuntos urbanos como patrimônio de importância essencial para o desenvolvimento socioeconômico, seguida pela Recomendação de Nairóbi em 1976, a qual afirmava que os conjuntos urbanos são considerados evidência de diversas produções culturais, sociais e religiosas, cuja salvaguarda e integração ao meio urbano contemporâneo não podem ser omitidas pelos planejamentos territoriais.

A Carta de Washington – síntese da Assembleia Geral do Icomos⁶ em 1987 – ratifica os manifestos anteriores, declarando a salvaguarda das cidades ou bairros históricos como pressuposto primordial para ordenar os planos de desenvolvimento urbano. O documento também aponta para a participação dos habitantes no processo de construção desses planos (IPHAN, 1987).

Em 2011, a Conferência Geral da Unesco⁷ aprovou nova recomendação sobre a paisagem histórica urbana⁸. O instrumento reafirma que as abordagens de conservação já instituídas devem incluir “políticas e práticas de conservação do meio ambiente construído nas metas mais amplas de desenvolvimento urbano em relação aos valores e tradições de diferentes contextos culturais herdados” (UNESCO, 2011). A recomendação sugere que o patrimônio urbano – tangível e intangível – é vital para a coesão social. Nesse sentido, Dolores Hayden (1995) destaca a conexão entre os ambientes e a continuidade das tradições culturais reforçando o sentimento de pertencimento. De acordo com a autora, a memória é guiada ou pelo menos sustentada pelo lugar.

Nota-se que os documentos referidos anteriormente indicam e reafirmam a necessidade de salvaguardar aspectos que extrapolam a materialidade do ambiente urbano, valorizando e reconhecendo aspectos imateriais das cidades. As cartas denotam o que se convencionou chamar de patrimônio imaterial, ou seja, as produções culturais, sociais e religiosas, valores, tradições e memória.

Valorizando Santa Tereza

O bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte, é constantemente descrito como tradicional, cultural e boêmio, seja em reportagens e matérias jornalísticas, trabalhos acadêmicos, no

⁵ Trata-se de documentos, cartas, recomendações referentes à proteção e preservação do patrimônio cultural, elaborados em encontros em diferentes épocas e partes do mundo. Orientam políticas de preservação do patrimônio referenciando os valores patrimoniais quanto aos seus aspectos socioculturais.

⁶ Icomos (do inglês International Council on Monuments and Sites) é uma organização não governamental de ação global que se dedica a promover a aplicação de teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico.

⁷ Do inglês United Nations Education, Scientific and Cultural Organization.

⁸ Em inglês, *historic urban landscape*. Em português é traduzido como paisagem histórica urbana.

discurso oficial do poder público municipal e ainda no popular⁹. Sua história, paisagem, a maneira como os moradores interagem uns com os outros e fazem uso dos espaços do bairro funcionam como suportes bastante razoáveis para a atribuição dessas três características. É notável, pelas observações feitas nas incursões em campo, o estreito vínculo de vizinhança mantido entre os moradores mais antigos do bairro e mesmo entre os mais recentes. Pode-se perceber a presença frequente de moradores nas praças e a relação de proximidade uns com os outros, além da considerável sociabilidade noturna nos mais de 60 bares e afins levantados ao longo de 2015, tendo alguns deles décadas de funcionamento no bairro, como o Bar do Orlando, desde 1980, o Bar e Restaurante Bolão, O Rei do Espaguete, desde 1961, o Bar Bocaiuva, desde 1976. Os aspectos físicos associados aos intangíveis do modo de vida do bairro são o cerne desses pilares de representação.

Sob essa perspectiva, Stella Bresciani (1991) analisa o trabalho de Anne Cauquelin¹⁰ que relaciona a importância das memórias individuais e coletivas para se compreender a cidade. Bresciani (1991, p. 13) afirma que o reenvio mútuo e incessante dessas memórias é uma espécie de “estoque de dados que constitui a própria matéria urbana”. As ideias podem ser transportadas para a análise do bairro Santa Tereza, proposta no presente artigo:

A matéria urbana forma-se pelo fio condutor da *opinião*, como transmissor de memórias, uma doxa urbana vagabunda, mutável, transportadora de pedaços, de recordações, tanto históricas, como pessoais, intimamente misturadas à escrita, à escuta, ao momento e aos costumes. Trata-se da matéria, esta forma móvel que é a cidade, noção que não encontra lugar na epistemologia da qual representa. No entendimento de Cauquelin, o contrário odioso, o elemento deformante do discurso transparente do conceito. Nesse sentido, as memórias constituem anamorficamente (formas sempre em mudança) o que denominamos a realidade da cidade e a opinião, como já foi dito, se torna o elemento necessário desta operação de mistura pela qual chegam até nós as condensações dos tempos, essas dobras, esses deslocamentos de nomes que provocam modificações sensíveis na percepção da cidade (BRESCIANI, 1991, p. 13, primeiro grifo da autora, segundo grifo nosso).

As memórias são transportadas de um sujeito a outro e fazem parte de Santa Tereza de maneira bastante complexa e profunda, sejam elas vivenciadas, sejam somente ouvidas e repassadas, sejam individuais, familiares ou coletivas. Assim, a *opinião* das pessoas

⁹ Algumas publicações que se referem ao bairro como tradicional, cultural e boêmio: ARAÚJO, Guilherme Maciel; CASTRIOTA, Leonardo Barci. Um capítulo da preservação em Belo Horizonte: o destino do mercado de Santa Tereza. **Fórum** – Cadernos de Trabalho – Edição Especial, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2007; BAGGIO, Ulysses da Cunha. **A luminosidade do lugar: circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte – apropriação e territorialidade em Santa Tereza**. 2005. 221 f. Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005; SOUZA, Françoise Jean de Oliveira; CAJAZEIRO, Karime Gonçalves. A singularidade do lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu (Orgs.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte**. Patrimônio, territórios e modos de vida. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012; NEVES, Libério. **BH: a cidade de cada um** – Santa Tereza. Belo Horizonte: Conceito, 2010; GÓES, Luis. **Bairro de Santa Tereza, 100 anos**. Belo Horizonte: ed. Luis Góes, 1998. Algumas matérias de jornal sobre o bairro: SANTA Tereza preserva o romantismo. **Veja**, suplemento quinzenal, nov. 1989; REDUTO da boemia. **Estado de Minas**, 5 ago. 1994; MORADORES defendem o bucolismo e a cultura do bairro. **Hoje em Dia**, 16 abr. 2000; SANTA Tereza mantém tradição. **Hoje em dia**, 6 ago. 2000; SANTA Tereza é a sagrada referência dos boêmios, **Estado de Minas**, 27 fev. 2009; DILEMA entre a tradição e o novo. **O Tempo**, 18 out. 2013.

¹⁰ CAUQUELIN, Anne. **Essai de philosophie urbaine**. Paris: PUF, 1982.

conota e mantém as subjetividades do bairro inteligíveis nos discursos que tratam das percepções sobre Santa Tereza pelas três características recorrentes (BRESCIANI, 1991). Essas características estão profundamente entrelaçadas à percepção dos sujeitos sobre o bairro, tanto no que diz respeito aos seus aspectos físicos quanto à ambiência, e são partes do fundamento da valoração de Santa Tereza como patrimônio cultural da cidade de Belo Horizonte. “Carinhosamente chamado Santé, quase uma referência ao seu pulsar de ‘mineiridade’, que corta a ‘compridez’ das palavras, é um bairro que ultrapassa fronteiras por meio de seus moradores, suas praças e manifestações” (SANTA TEREZA TEM, 2015).

Protegendo o conjunto urbano

O bairro Santa Tereza deriva de uma das ocupações mais antigas de Belo Horizonte, cidade planejada na década de 1890 e inaugurada no ano de 1897. A planta proposta pela comissão construtora da nova capital de Minas Gerais foi aprovada em 1895 – a cidade era, então, dividida em zonas urbana, suburbana e rural. Já no ano seguinte, deu-se a permissão por parte do governador do estado para a instalação de colônias agrícolas¹¹ nas zonas suburbanas, alterando, assim, a planta original aprovada anteriormente. Uma dessas colônias, chamada Córrego da Matta, posteriormente Américo Werneck, habitada por imigrantes e trabalhadores das obras de construção da cidade, foi instalada em 1898. O decreto municipal de 5 de fevereiro de 1912¹² oficializou a emancipação da Colônia Agrícola Américo Werneck e a incluiu na sétima seção suburbana de Belo Horizonte, o que abrangia a área que viria a se tornar o bairro Santa Tereza. A ex-colônia passou a ficar, então, sob jurisdição da capital do estado, ficando sob sua responsabilidade a urbanização da área.

Segundo Ulysses Baggio (2005), o bairro já era considerado populoso na década de 1930 quando comparado com outros da nova capital, mas poucas de suas ruas eram pavimentadas, e serviços urbanos como energia elétrica, rede de água e esgoto, coleta de lixo e transporte público eram escassos. Intervenções de calçamento, pavimentação e iluminação pública principalmente em fins dos anos 1930 e nos anos 1940 foram executadas (BELLO HORIZONTE, 1937).

Até meados de 1980, Santa Tereza conservava um número expressivo de edificações do início do século XX. Entretanto as mudanças no padrão de ocupação de Santa Tereza foram se alterando gradativamente com a construção de pequenos edifícios residenciais. Além disso, houve também “[...] a construção, em 1992, do viaduto que passa sobre a Avenida dos Andradas, ligando Santa Tereza a Santa Efigênia e a construção da estação de metrô, inaugurada no ano seguinte” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p. 6). Com essas mudanças o bairro se tornou altamente atrativo ao mercado imobiliário.

A ameaça de tornar-se uma zona de adensamento preferencial (ZAP) no Plano Diretor que seria implementado em 1996 mobilizou os moradores do bairro em defesa “de sua ambiência peculiar” (CAJAZEIRO; SOUZA, 2012, p. 297). Assim, surgiu o Movimento Salve Santa Tereza, que resistiu à imposição desse zoneamento e se colocou em prol da “preservação das características ambientais, urbanísticas e culturais de Santa Tereza” (MOVIMENTO

¹¹ As colônias agrícolas foram pensadas para atender às necessidades de abastecimento alimentício da população da nova capital.

¹² Lei n.º 55, de 5 de fevereiro de 1912. Incorpora à zona suburbana da Capital o povoado do Calafate e as colônias Bias Fortes, Américo Werneck, Carlos Prates e Adalberto Ferraz e dá outras providências a respeito. Fonte: COLEÇÃO... (1912).

SALVE SANTA TEREZA, 1996 *apud* CAJAZEIRO; SOUZA; SOARES, 2012, p. 297). A aprovação da Lei n.º 7.166/96 de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo consistiu na vitória do movimento, tornando o bairro uma área de diretrizes especiais (ADE) de interesse cultural para a cidade de Belo Horizonte.

Esse mecanismo urbanístico é considerado um “sobrezoneamento”, ou seja, a área, de acordo com essas leis, tem um zoneamento, cujas regras têm que ser seguidas, mas recebe uma outra delimitação de uma ADE, com regras que também têm que ser obedecidas e que preponderam sobre as primeiras. Como as regras da ADE (para coeficiente de aproveitamento do solo, quotas de terreno por unidade habitacional e taxa de permeabilização) devem ser iguais ou mais restritivas que as da zona em que se localizarem, tem-se, como resultado, um cenário diferenciado e menos denso na área em questão que no restante da região (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, s.d., p. 2).

A ADE é um instrumento de regulamentação proposto no Plano Diretor da cidade, documento de política de desenvolvimento urbano da Secretaria Adjunta de Planejamento Urbano. Todavia, por ser de interesse cultural, qualquer intervenção nas construções inseridas no perímetro da ADE Santa Tereza deveria ser comunicada e avaliada pela Diretoria de Patrimônio Cultural (DIPC) – órgão ligado à Fundação Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte e responsável pelas políticas municipais de preservação do patrimônio cultural –, o que não vem acontecendo desde 1996, via de regra¹³. Portanto, após rearticulação do Movimento Salve Santa Tereza, a diretoria deu encaminhamento à proposta de incluir o bairro no Inventário de Conjuntos Urbanos de Belo Horizonte mediante uma pesquisa iniciada em 2014, retomando antigos estudos da instituição¹⁴.

A delimitação de conjuntos urbanos é uma das referências de atuação da DIPC no que tange à proteção do patrimônio cultural, caracterizando-os como

[...] áreas polarizadoras, onde são encontradas *ambiências, edificações ou mesmo conjunto de edificações que apresentam expressivo significado histórico e cultural*. Esses espaços destacam-se por desempenharem uma função estratégica e simbólica na estruturação e compreensão do espaço urbano e de suas formas de ocupação (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, s.d., grifos nossos).

O projeto de inclusão e proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza foi apreciado, deliberado e aprovado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH) em março de 2015, delimitando a área de proteção e o apontamento de 288 bens de interesse para tombamento individual.

Tanto a proteção do conjunto urbano quanto as indicações para tombamento individual seguem uma lógica que não a da excepcionalidade arquitetônica ou estilística, mas que destaca a organicidade¹⁵ e a ambiência do conjunto.

¹³ Segundo comentário feito por uma servidora da DIPC, em entrevista concedida em março de 2015.

¹⁴ O estudo para proteção do bairro vem sendo conduzido desde 1998, porém sem continuidade. Após longa pausa foi retomado em 2010, ano em que foi iniciado o inventário das edificações do bairro; em 2012, levantamento mais preciso dessas edificações foi feito.

¹⁵ Termo utilizado pela DIPC no parecer da Deliberação sobre o Conjunto Urbano Santa Tereza (Diário Oficial do Município, ano XXI, edição n. 4.761, Prefeitura de Belo Horizonte, março de 2015).

Frente às especificidades históricas do Conjunto Urbano Bairro Santo Tereza, a concepção de patrimônio que ora tomamos por referência assume um significado que vai muito além da mera valorização arquitetônica, buscando identificar e sobressaltar o valor imaterial subjacente ao bem edificado, ainda que esse não possua grandes atributos estilísticos (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p. 89).

Como suporte para a manutenção dessa ambiência, a equipe da DIPC considerou o tombamento individual de quase três centenas de edificações. Segundo a entidade, foram levadas em conta

[...] a relação entre os bens edificados e a preservação das referências históricas e simbólicas relacionadas ao modo de vida característico do bairro Santa Tereza; [...] a importância das edificações na conformação das vias que determinam os principais trajetos existentes no interior do Conjunto Urbano; [...] a importância dos bens culturais na conformação dos Pedacos existentes no interior do Conjunto Urbano (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p. 89, 90, 95, grifos nossos).

As diretrizes de proteção do patrimônio edificado referem-se à altimetria, a critérios de afastamento lateral e de fundo, à utilização de elementos de permeabilidade visual nos fechamentos frontais e à preservação de características essenciais dos imóveis. A proteção também se estende aos calçamentos em “pé-de-moleque”, que deverão ser mantidos e restaurados, se preciso, sendo removidos capeamentos parciais ou integrais em todas as vias¹⁶, além das quatro praças inseridas no perímetro do Conjunto Urbano Santa Tereza. Contudo, mesmo que a proteção física seja potencialmente eficaz na proteção da imaterialidade da “teia de relações que marca a vida urbana e que caracteriza o seu patrimônio” (CASTRIOTA, 2009, p. 174), o tombamento e as diretrizes afins se mostram insuficientes quando sua relação com a proteção e a valorização da memória não fica explícita aos olhos da população.

Agentes sociais essenciais nos processos de proteção e planejamento, muitos moradores do bairro e da cidade são contrários ao tombamento. Um dos motivos é a falta de conhecimento acerca das noções contemporâneas de patrimônio discutidas anteriormente e ainda por não haver contrapartida suficiente no que diz respeito à manutenção das características de seus imóveis¹⁷. A imposição do instrumento causa insatisfação aos proprietários, ainda que estes almejem a preservação da ambiência do lugar onde vivem. Em entrevista concedida em outubro de 2015, um morador do bairro fala sobre o instrumento do tombamento:

Bom por um lado e ruim por outro [Quando questionado sobre o tombamento]. O lado bom, conserva o bairro, né? Do jeito que tá. O lado ruim é que a modernidade não pode chegar, não pode ter prédio... Mas não pode reformar, a casa tá caindo, tem que ficar caindo... O cara não vai investir. Eu acho que o tombamento, ele [...] na minha opinião, devia ser: “Ó, essa casa é sua, vai ser tombada, nós vamos te dar um incentivo *procê* reformar do jeito que ela tá, não pode mudar nada nela. Mas dá uma reforma aí na fachada...”. Mas não, eles tombam casa que tá caindo! Vai

¹⁶ “[...] exceção das ruas Hermilo Alves, Mármore, Salinas, Pouso Alegre, Dores do Indaiá e Paraisópolis no trecho entre as ruas Conselheiro Rocha e Dores do Indaiá, por onde passam as principais linhas de ônibus que atendem ao bairro e região” (Diário Oficial do Município, ano XXI, edição n. 4761, Prefeitura de Belo Horizonte, março de 2015).

¹⁷ Opinião recorrente quando de entrevistas e conversas informais no decorrer das pesquisas das autoras.

continuar caindo. Aí na hora que cai... arranca tudo e faz outra casa. Aí não tem tombamento... O único incentivo que eles dão é não pagar IPTU, e aí não dá pra manter desse jeito (C, entrevista, 2015).

Nesse caso, a proteção deveria ser incorporada ao planejamento urbano, aliada à educação cidadã e patrimonial, além de outras formas de acautelamento. Uma das maneiras de proteger as características intangíveis que denotam as particularidades de um bairro como Santa Tereza é o planejamento urbano integrado, que alia conservação do patrimônio material e imaterial ao planejamento tradicional, permitindo o equilíbrio entre proteção e desenvolvimento.

PLANEJANDO DE FORMA INTEGRADA

Levando-se em consideração a complexa dinâmica das cidades e a constante reestruturação do tecido urbano, apesar de paradoxal, a coexistência entre o tecido histórico e os novos desenvolvimentos pode ser perfeitamente compatível, como apontam Bandarin e Oers (2012). Segundo os autores, a política de conservação desses espaços deve ser determinada pela dinâmica da cidade como um todo, garantindo seus aspectos físicos e seus valores. Os autores acrescentam que as políticas estabelecidas devem proteger a integridade do tecido urbano e também da paisagem urbana e têm de ser definidas pelas partes interessadas, de maneira sustentável.

Dessa forma, aliam-se à proteção da dimensão física pelo tombamento de edificações políticas de patrimônio que incentivem o desenvolvimento econômico e social. Virgínia Pontual (2012, p. 94) indica a conservação integrada como modelo que relaciona “os fundamentos do planejamento estratégico¹⁸ à teoria do desenvolvimento sustentável e da conservação do patrimônio [...]”. Segundo a autora, a conservação integrada tem o objetivo de preservar as características originais do patrimônio, levando-se em conta suas questões econômicas e sociais. Castriota (2010, p. 58) também cita a conservação integrada como “a integração entre a preservação do patrimônio e o planejamento urbano”.

No tocante aos critérios levantados para a proteção do conjunto urbano, destaca-se o modo de vida singular análogo ao de cidades do interior, além dos seus aspectos históricos e culturais. O Dossiê de Proteção do Conjunto Urbano de Santa Tereza (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p. 58) enfatiza a salvaguarda dos elementos materiais como uma maneira de “resguardar os elementos ligados a uma forma de viver”, ancorando assim “a memória histórica e afetiva do ser humano”.

Esse modelo de conservação foi apropriado no início dos anos 1980 como proposta de recuperação de áreas históricas degradadas, convertendo-as em locais altamente valorizados pelo mercado imobiliário. A consequente expulsão da população original assim como do comércio local é o que Otília Arantes denomina de gentrificação¹⁹ estratégica:

Daí a sombra de má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso

¹⁸ Segundo Pontual (2012), o planejamento estratégico aplicado à dimensão urbana permite ações conjuntas do poder público, do setor privado e da sociedade em prol das potencialidades das cidades.

¹⁹ Segundo Catherine Bidou-Zachariasen (2006, p. 22), o termo gentrificação foi cunhado pela socióloga Ruth Glass nos anos 1960 “para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados do centro de Londres, ao invés de se instalarem nos subúrbios residenciais, segundo modelo até então dominante para as classes sociais”. De acordo com a autora, Glass definiria o termo como a valorização dos imóveis nesses bairros originalmente ocupados por classes de baixo poder econômico e a consequente substituição de classes sociais.

constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrendo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades (ARANTES, 2000, p. 31).

Entretanto as tendências mais recentes de projetos de conservação urbana, segundo Zancheti e Lapa (2012, p. 28), apontam para uma concepção de caráter mais antropológico e ambiental, na qual o território é percebido de maneira harmônica, “do ponto de vista da cultura, do ambiente, das tradições construtivas e da forma”. Além disso, a participação popular na gestão urbana busca uma ação justa e democrática na sua construção.

Assim, a integração entre conservação do patrimônio e planejamento urbano permite que áreas de interesse histórico e/ou cultural não se isolem do restante da cidade. Portanto, é importante estabelecer equilíbrio entre o crescimento econômico e as subjetividades dos modos de vida da comunidade local. Conforme Luis de la Mora (2012, p. 103), a adoção de um modelo de planejamento com enfoque local, “numa perspectiva interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional”, procura, de maneira articulada mas descentralizada, propor diretrizes mais específicas para cada localidade.

O modelo de planejamento local integrado de projetos de gestão da conservação do patrimônio busca a sintonia das diversas dimensões da “*complex-cidade*”:

A cidade é uma realidade complexa, dinâmica e contraditória, envolvendo dimensões físicas, geográficas, ambientais, urbanísticas, bem como demográficas, sociais, econômicas, culturais, políticas, legais, técnicas e organizacionais, abrindo-se novos campos na área da psicologia, dos valores e dos comportamentos (DE LA MORA, 2012, p. 103).

Apesar de promover o equilíbrio entre os interesses de cada setor, organismo, grupo de pessoas e indivíduos de forma articulada e participativa, de la Mora (2012, p. 112) salienta que são grandes os desafios para a implementação do modelo, devido “à complexidade do entorno e à pluralidade de atores”.

Nesse sentido, a ADE Santa Tereza, por ser de interesse cultural, deveria funcionar como instrumento eficaz de proteção ao patrimônio cultural, ainda que inserida no âmbito das políticas de planejamento urbano – um instrumento que perpassasse políticas públicas diferentes, mas que os complementasse, demonstrasse a necessidade de confluência e diálogos entre preservação e planejamento. Mas, como exposto anteriormente, o instrumento não foi considerado suficiente para salvaguardar o bairro enquanto patrimônio cultural, e no ano de 2015 foi aprovada sua proteção como conjunto urbano. Agora inserido também na agenda de políticas do patrimônio cultural, o bairro está protegido por um instrumento que se sobrepõe simbolicamente à ADE, por conta do alto número de imóveis indicados para tombamento individual no dossiê de proteção.

Há, porém, certo receio de que esse modelo de proteção tenha consequências adversas. Notoriamente há inúmeras áreas históricas revitalizadas ao redor do mundo que resultaram em locais de gentrificação. Para evitá-la é necessário um tipo de planejamento de conservação do patrimônio cultural, como salienta Pontual (2012, p. 94):

Quando se trata especificamente de sítios históricos, acresce-se aos desafios comuns o planejamento das cidades e o de adaptá-lo às necessidades contemporâneas. Esse desafio está aliado ao objetivo de prolongar a vida útil de um bem cultural e valorizar as suas características históricas e artísticas sem perda da autenticidade e do significado.

Segundo a autora, o planejamento da conservação do patrimônio cultural deve observar alguns aspectos, entre eles: a garantia da “manutenção e conservação das qualidades e dos valores da configuração urbana e arquitetônica” e “o contínuo monitoramento do estado de conservação e das estratégias de sustentação” (PONTUAL, 2012, p. 94). Além disso, a preservação dos traços distintos e únicos deverá continuamente agregar “novos objetivos econômicos e sociais” (PONTUAL, 2012, p. 94).

A integração entre planejamento urbano e políticas de proteção de áreas históricas e culturais conformaria, assim, uma perspectiva uníssona. Dessa maneira, é essencial que Santa Tereza não figure isoladamente nas políticas públicas de patrimônio cultural do município de Belo Horizonte, evitando-se uma possível gentrificação, a exemplo do Pelourinho em Salvador e da região portuária no Rio de Janeiro.

Sob essa perspectiva, é premente que as políticas de planejamento urbano municipais sejam aplicadas para além de algumas diretrizes do dossiê do conjunto urbano. A não ser que haja maior diálogo entre preservação do patrimônio e ações mais estreitamente relacionadas ao planejamento urbano do que o proposto nesse dossiê, o novo título adicionado ao bairro – antes ADE e agora também conjunto urbano – se mostrará tão ineficiente quanto o primeiro, apesar de indiscutivelmente adequado à realidade do bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento urbano em Belo Horizonte é historicamente exclusivo no que tange à real qualidade de vida de grande parte da população – alargamentos de vias para o fluxo viário, supressão de árvores, tamponamento de rios urbanos, substituições arquitetônicas. Essa lógica contribui para aumento do trânsito, elevação de temperaturas, enchentes, distanciamento da população de centralidades tradicionais, dificuldades de deslocamento. Além disso, colabora para a ocultação e a dissimulação dos vestígios e traços históricos da cidade, suprimindo a memória urbana e de seus moradores e dificultando os sentimentos de pertencimento e identificação.

A ideia detrás da proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza é promover uma “cidade para pessoas”, todavia o desafio de entender e definir a relação entre o bairro e a cidade é extremamente complexo. Portanto, o planejamento urbano teria de incluir, entre as suas diretrizes, políticas de preservação patrimonial, de forma a salvaguardar o ambiente urbano em todas as suas dimensões. Sob uma perspectiva de proteção que se mantém até hoje nos moldes funcionalistas em sua maioria (CASTRIOTA, 2009), o planejamento urbano deveria, de forma interdisciplinar, planejar e implementar diretrizes que conciliassem “a viabilidade econômica com o equilíbrio ecológico, a inclusão social, a conservação do patrimônio” (DE LA MORA, 2012, p. 112).

Apesar da complexidade e dos desafios que o modelo de planejamento urbano integrado impõe, existe a possibilidade de que este seja muito mais acertado do ponto de vista democrático, orientando-se pelos aspectos locais, para então inseri-los no contexto geral, sob uma visão interdisciplinar.

Os valores que pautaram a proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza voltam-se para os interesses da vida que pulsa ali dentro, dos moradores, usuários e frequentadores de seu cotidiano. As diversas temporalidades que coexistem no bairro são mais dinâmicas que a monumentalização típica da patrimonialização. E é justamente por isso que a proteção aos moldes do conjunto urbano se faz premente, contanto que em diálogo com o planejamento do município como um todo: as mudanças nas estruturas físicas acabam por ocasionar mudanças nas formas de viver, já que a paisagem é a combinação dos elementos palpáveis e não palpáveis da existência humana em determinado espaço-tempo. Seus elementos visuais e sensíveis ao toque, suas imagens e texturas, funcionam como espaços para que

se manifestem os demais sentidos invisíveis que conformam o cerne da vida humana, aguçam a percepção sonora, olfativa e subjetiva da paisagem.

Ressaltar a importância dos valores e das tradições para o desenvolvimento urbano e para a coesão social mostra o caminho a ser seguido na proteção efetiva de Santa Tereza enquanto patrimônio. O destaque que Hayden (1995) dá à relação entre memória e lugar, apresentado anteriormente, em consonância com as análises de Cauquelin (1982) e Bresciani (1991), fundamenta a necessidade de incluir e enfatizar os estudos sociais e históricos nas políticas de preservação e planejamento do bairro e da cidade, apontando para o entendimento que deve ir além – valorizando e dialogando com quem realmente vive, utiliza e sustenta as memórias e as subjetividades locais.

REFERÊNCIAS

ARANTES, O. B. F. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. In: _____; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BAGGIO, U. da C. **A luminosidade do lugar: circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte – apropriação e territorialidade em Santa Tereza**. 2005. 221 f. Tese (Doutorado)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BANDARIN, F.; OERS, R. van. **The historic urban landscape: managing heritage in an urban century**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.

BELLO HORIZONTE. **Relatório de 1937**. Apresentado a S. Excia. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo Prefeito de Belo Horizonte. Graphica Queiroz Breyner Ltda.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. **De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos**. São Paulo: Annablume, 2006.

BRESCIANI, S. M. As sete portas da cidade. **Espaço e Debates**, São Paulo, ano XI, n. 34, p. 10-15, 1991.

CAJAZEIRO, K. G.; SOUZA, F. J. A singularidade do lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, L. T. de; ARROYO, M. A. (Orgs.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

_____; _____; SOARES, C. P. Instrumentos de proteção do patrimônio cultural: um olhar sobre o caso do bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, L. T. de; ARROYO, M. A. (Orgs.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

CASTRIOTA, L. B. Conservação urbana: tombamento e áreas de conservação. In: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Orgs.). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

_____. **Patrimônio cultural:** conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006.

COLEÇÃO de Leis do Conselho Deliberativo de Belo Horizonte (de fevereiro a dezembro de 1912, n. 54 a 62). Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1912. Acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH).

DE LA MORA, L. Modelos de planejamento local. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. (Orgs.). **Plano de gestão da conservação urbana:** conceitos e métodos. Olinda: Ceci, 2012.

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE. **Deliberação n.º 019/2015,** Belo Horizonte, 5 mar. 2015.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. **Dossiê para proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza.** Belo Horizonte, 2015.

HAYDEN, D. **The power of place:** urban landscapes as public history. Cambridge: The MIT Press, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Carta de Washington.** 1987. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

PONTUAL, V. Plano de gestão da conservação integrada. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. (Orgs.). **Plano de gestão da conservação urbana:** conceitos e métodos. Olinda: Ceci, 2012.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Coordenação de Política Urbana e Ambiental. Conselho Municipal de Política Urbana. Texto Base Áreas de Diretrizes Especiais ADE. In: CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, 3., Belo Horizonte, s.d. **Anais...**

SANTA TEREZA TEM. Disponível em: <<http://www.santaterezatem.com.br/index.php/o-bairro/>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Recommendation on the Historic Urban Landscape.** 10 nov. 2011. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 18 nov. 2015.

ZANCHETI, S. M.; LAPA, T. Conservação integrada: evolução conceitual. In: LACERDA, N.; ZANCHETI, S. M. (Orgs.). **Plano de gestão da conservação urbana:** conceitos e métodos. Olinda: Ceci, 2012.